TECNOLOGIA PRODUTIVA E PRÁXIS DE MERCADO: RESSIGNIFICAÇÕES A PARTIR DE UM CAMPO EMPÍRICO

Adriana Tenório Cordeiro

Professora Assistente da Universidade de Pernambuco

Mestre em Administração pelo PROPAD/ UFPE.

E-mail: adrianatcordeiro@gmail.com

Sérgio Carvalho Benício de Mello

Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco.

PhD em Marketing pela City University London (Cass Business School)

E-mail: sergio.mello@ufpe.br

Resumo

Neste artigo, examinamos em práticas discursivas da ruralidade contemporânea como se dá o enfrentamento dos problemas decorrentes do atual padrão de produção-consumo e seus impactos sobre a concepção de propostas de desenvolvimento. Por meio da discussão articulada ao campo empírico de duas organizações sociais pernambucanas engajadas no desenvolvimento rural, é possível percebermos como a tecnologia produtiva perde seu caráter neutro ou inerentemente progressista e é posta em uma matriz de relações sociais. Evidencia-se uma nova racionalidade que tem a sustentabilidade como elemento reorganizador, de acordo com uma ótica multidimensional e subordinando a técnica aos sujeitos sociais. E problematiza-se, também, o poder de ser consciente numa práxis de mercado ao se estabelecer uma racionalidade distinta na relação produtor-consumidor. A subjetividade política envolvida na incorporação da dimensão ideológica ao âmbito produtivo e de consumo contribui na busca de um marco em que possam ser consideradas conjuntamente as atividades de produção e consumo que configuram uma dimensão da cidadania.

Palavras-chave: produção, consumo, sustentabilidade, desenvolvimento, Teoria do Discurso.

Abstract

In this paper, we examine in discursive practices of contemporary rurality how problems related to current production-consumption patterns are confronted, and their impacts on the conception of development proposals. Through a discussion articulated to the empirical field of two social organizations in Pernambuco (Brazil), concerned with rural development, we can perceive how productive technology loses its neutral and inherently progressive character and is placed in a social relations matrix. A new rationality is evidenced, which has sustainability as its re-organizational element in a multidimensional outlook and subordinating technique to the social subjects. We can still problematize the power of being conscious in market praxis as we establish a distinct rationality in producer-consumer relationship. The political subjectivity involved within the incorporation of ideological

¹ Recebido em 01.11.2009. Aprovado em 19.03.2010. Disponibilizado em 28.04.2010. Avaliado pelo sistema double blind review

dimension to production-consumption scope contributes to the search of a frontier where activities of production and consumption configured through a citizenship dimension can be considered conjunctively.

Keywords: production, consumption, sustainability, development, Discourse Theory.

1 INTRODUÇÃO

Durante os últimos 30 anos de desenvolvimento muito rápido e contínuo das nossas economias, assistimos a uma oferta incessantemente ampliada de produtos e objetos numerosos e de qualidade superior. O imbricamento das esferas produtivas, de circulação e de consumo evidencia uma cadeia **hiper-eficiente** de suprimentos a nível global e, a essa oferta evolutiva, corresponde uma procura crescente, ávida de produtos novos e mais elaborados (ALLÉRÈS, 2006). As novas feições de uma sociedade do consumo vêm sendo estudadas, inclusive, por diversos autores (e.g., HORKHEIMER & ADORNO, 2000; BAUDRILLARD, 1998; ECO, 1987; FEATHERSTONE, 1997; MORIN, 1989).

No cenário contemporâneo, um capitalismo mais agressivo, forçando mudanças globais, e suas conseqüências são refletidas em múltiplas esferas. Enquanto uma tendência **homogeneizante** reflete uma inclinação para o enfraquecimento das diferenciações culturais rumo à formação de uma cultura das grandes áreas “transnacionais” (ORTIZ, 1994), observamos o enfraquecimento da capacidade regulatória do Estado-nação (HALL, 1996), modificando significativamente as relações identitárias entre Estado e sociedade civil (ROVISCO, 2000). Além disso, a ordem capitalista avançada têm sistematicamente produzido desigualdades de recursos e de poder, sendo que as relações de concorrência exigidas por uma práxis de mercado produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar da solidariedade; e a exploração crescente dos recursos naturais em nível global põe em perigo as condições físicas de vida na Terra (SANTOS, 2002).

Diante desse quadro de mudanças havidas no mundo do trabalho, no Estado, na difusão cultural, e no meio-ambiente, diversas **lutas** - urbanas, ecológicas, anti-autoritárias, anti-institucionais, feministas, anti-racistas, étnicas, regionais, ou das minorias sexuais - vêm sendo articuladas de maneira inédita (LACLAU & MOUFFE, 1989). Uma proliferação de alternativas e propostas advindas de atores coletivos, sobretudo organizações da sociedade civil (TAVARES, 2000), evidencia um campo de ação cuja amplitude de possibilidades inclui formas de conceber e organizar a vida econômica que implicam “reformas” dentro do atual sistema capitalista, através do questionamento de seu caráter excludente e o debate sobre alternativas para o Desenvolvimento (SANTOS, 2002).

O conceito de desenvolvimento enquanto direito das sociedades à melhoria das suas condições de vida em um contexto equitativo encontra-se interligado à noção de **sustentabilidade**, a qual remete à relação entre a sociedade e a base material de sua reprodução, e os efeitos desta relação sobre as gerações futuras. Não se trata de uma sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, apenas, mas das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e deste ambiente, ou seja, o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, inclusive definindo os princípios que orientam a distribuição desses recursos (ACSELRAD, 1997).

Os efeitos destrutivos da lógica estrutural dominante têm fomentado a resistência de atores sociais que fazem do território um campo para construção de projetos contra-hegemônicos de desenvolvimento, com horizontes temporais e trajetórias históricas próprias. A esses projetos são atribuídos sentidos utilitários, mas também sentidos simbólicos ligados à prática cultural, que ultrapassam o campo da mera produção material da existência das sociedades (ACSELRAD & LEROY, 1999).

Neste artigo, pretendemos examinar, por meio de uma (re)discussão articulada a um campo empírico, como se dá o enfrentamento dos problemas decorrentes do atual padrão de produção-consumo. Uma nova maneira de configurar e pensar a realidade tem nos colocado em consonância com perspectivas que apontam uma mudança de direção, uma transformação qualitativa do pensamento na área dos estudos organizacionais. A publicação, por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, de *Hegemony and Socialist Strategy*, em 1985, marca o aparecimento da Escola de Essex de Teoria do Discurso. Seguindo essa abordagem pós-estruturalista ou pós-marxista de análise social, baseamo-nos no **descentramento crítico** (LACLAU & MOUFFE, 1989), isto é, no deslocamento da classe social como a categoria mestra, da forma como ela é descrita nas análises marxistas da estrutura social, o que abre caminho para uma nova lógica do social à medida que as práticas sociais articulam e confrontam determinados discursos que constituem a realidade. À medida que o aparato teórico-discursivo destaca a estrutura discursiva como uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais, ao examinarmos como se dá uma ressignificação de sentidos atribuídos aos recursos materiais disponíveis e dos usos sociais a que os mesmos são destinados, pretendemos contribuir para uma prática teoricamente-informada das rearticulações entre forças que constituem estruturas em cenários e conjunturas específicos. Na próxima seção, especificamos as questões pertinentes às construções de método ligadas a este trabalho.

2 DELIMITANDO UMA UNIDADE SOCIAL DE ANÁLISE E QUESTÕES DE MÉTODO

Um papel mais central conferido à linguagem nos fenômenos sociais é resultado da “virada lingüística” que ocorreu nas artes, humanidades e nas ciências sociais. A virada lingüística foi precipitada por críticas ao positivismo, o impacto das idéias estruturalistas e pós-estruturalistas, e o fortalecimento de uma ótica pós-moderna (GILL, 2002), e explica o crescimento extraordinariamente rápido do interesse pela Análise de Discurso (AD). O termo “análise de discurso” é oferecido a uma variedade grande de diferentes enfoques no estudo de “textos”, e tem ganho popularidade nos últimos anos. Trata-se, para Slembrouck (2003), de um campo de investigação bastante híbrido, e as disciplinas das quais toma emprestado contribuições podem ser elencadas em diversos cantos das ciências sociais.

Gill (2002) ilustra essa variedade citando as tradições teóricas amplas ligadas à AD, entre elas as posições conhecidas como lingüística crítica, semiótica, antropologia lingüística, e sociolingüística interacional, as quais possuem uma estreita associação com a disciplina da Lingüística. Uma segunda tradição é a que foi influenciada pela teoria do ato da fala, etnometodologia e análise da conversação. O terceiro conjunto de trabalhos é associado ao pós-estruturalismo, o qual rompe com as visões realistas da linguagem, da linguagem como um meio “neutro” de refletir o mundo ou de descrevê-lo. O pensamento pós-estruturalista concebe o espaço social (i.e., organizações, instituições, categorias sociais, conceitos, identidades, relacionamentos etc.) como sendo discursivo por natureza, sendo que o processo de produção de sentido é capturado numa infinita prática articulatória; assim, o sentido nunca está completamente “fixado”.

O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas constituindo e construindo o mundo em significação. Assim, uma análise do discurso consiste no exame de *práticas discursivas*, uma forma particular de prática social que se **manifesta** de forma lingüística (falada ou escrita) e que corresponde a momentos ativos no uso da linguagem pelos atores sociais, isto é, o modo como produzem sentidos e se posicionam em relações sociais diversas (MARQUES, 2008). Engajar-se numa análise **crítica** do discurso requer que façamos uma **referência ao contexto** (MUTZENBERG, 2002) econômico, político e institucional em que o discurso é gerado, no sentido de revelar a reprodução, construção e/ou

contestação de valores, formas de governança e conhecimento, nas instâncias analisadas (ver FAIRCLOUGH, 1989; 2001).

Neste trabalho, consideramos, pois, a configuração de um novo cenário oriundo do domínio cada vez maior, nos debates e conflitos públicos ou privados, do reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial, marcado por uma **supercapacidade** tecnológica que tem rompido a mecânica de funcionamento dos sistemas naturais (BECK, 1997). As antigas certezas da sociedade industrial, como o consenso em torno de um projeto de futuro calcado no **progresso**, e a possibilidade de se abstrair dos efeitos e riscos ecológicos, são destruídas pelas novas ameaças à medida que a configuração de um modelo de alto consumo, restrito ao universo minoritário de países capitalistas avançados e elites sociais, tem gerado dilemas sociais, ecológicos e políticos fundamentais (CORDEIRO, 2006).

Ao olharmos para as **práticas discursivas da ruralidade contemporânea** situamos a análise de uma (re)discussão de sentidos a partir de discursos “concretos”, isto é, articulados ao campo empírico (CORDEIRO, 2006). Buscamos na narrativa do SERTA (*Serviço de Tecnologia Alternativa*), organização não-governamental fundada em agosto de 1989, bem como na Ecoorgânica (cooperativa de produção orgânica criada a partir do SERTA, em 2002) uma base empírica (STAKE, 1994) para identificarmos ressignificações nos sentidos atribuídos à prática da produção e do consumo no cenário contemporâneo, e seu impacto sobre propostas de desenvolvimento.

A origem do SERTA remonta à criação do CECAPAS (*Centro de Capacitação e Acompanhamento aos Projetos Alternativos da Seca*), em 1984, contexto em que a seca prolongada de 1980 a 1983 provocou um quadro problemático no Nordeste brasileiro e o questionamento sobre a destinação de recursos a grupos comunitários atingidos pela seca, que recebiam apoio e utilizavam os recursos com tecnologias e conhecimentos tradicionais. A fundação do SERTA (diante de um quadro problemático quanto às possibilidades de atuação no âmbito do CECAPAS) manteve a linha de ação de capacitar pequenos agricultores em técnicas alternativas, adaptadas ao meio ambiente, numa nova relação com a terra, solo, água e demais recursos naturais, para que pudessem produzir de forma eficiente e ambientalmente equilibrada. Ao longo de sua trajetória, o SERTA se destacou pela criação e implementação de uma proposta educacional (*PEADS – Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável*) que tem como propósito levar alunos e professoras da zona rural a uma produção de conhecimentos útil às famílias, incorporando novos valores, e se preocupando com o desenvolvimento no meio rural². O intenso engajamento deste ator numa práxis transformadora no meio rural motivou nossa aproximação no contexto deste estudo.

No trabalho de campo foram feitas (de agosto a outubro de 2005) entrevistas em profundidade, observação de reuniões de atores organizacionais-chave e entre parceiros locais, bem como levantamento de documentos. Os 19 (dezenove) extratos do *corpus* analítico, citados neste artigo, foram selecionados dessas diversas fontes de dados, os quais foram agrupados e codificados após o trabalho de campo; eles são enumerados ao longo do texto como [Ex1], [Ex2]..., [Notas de Campo1], [Ata1] etc. Os indivíduos entrevistados (cujos nomes foram modificados), apesar de cada um ter significativo papel na trajetória do SERTA, não constituem o foco analítico aqui uma vez que direcionamos nosso olhar à investigação da prática social em que se insere o ator **coletivo**.

Não pretendemos desconhecer a heterogeneidade nem tampouco falar de apenas **um lugar**, mas de uma conjuntura específica cujos fatos, narrativas e metáforas constituem fértil objeto de estudo e (re)discussão. A objetividade deste estudo pode ser avaliada em termos da validade e da qualidade de suas observações e da escolha das fontes de dados a partir de uma

² Hoje a PEADS transcende a experiência de educação escolar formal e é incorporada a outros projetos e ações ligados ao SERTA.

coerência teórico-epistemológica entre dados e indagações de pesquisa (CORDEIRO, 2006). Doravante, consideraremos essa unidades social de análise que temos delineado, para tratar das críticas e novas possibilidades em práticas de produção-consumo e sua interlocução com propostas de desenvolvimento.

3 REVISITANDO A PRÁTICA DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO

Em meados da década de 70, a frase “*small is beautiful*” se tornou um slogan da contracultura que combatia a ameaça industrial ao meio-ambiente e escassez dos recursos. Numa crítica ao materialismo excessivo e crescimento vazio, o uso da tecnologia de pequena escala é destacada como forma de beneficiar tanto a humanidade como o ambiente (SCHUMACHER, 1983). Uma crítica ao discurso do “determinismo tecnológico” moderno (KUMAR, 1997) inclui mostrar os impactos destrutivos da tecnologia moderna como a degradação do meio-ambiente, a ameaça à existência da raça humana, a exploração dos recursos naturais e o deslocamento do trabalho (SCHUMACHER, 1983). Desde então, enfoques teóricos sobre um desenvolvimento “alternativo” têm sido elaborados numa crítica a programas desenvolvimentistas convencionais (SANTOS, 2002; SACHS, 2002; 2004; PÁDUA, 1999), e a “questão ambiental” vem se tornando ponto de destaque nas agendas de políticas públicas, uma vez que se vem consolidando a noção de não ser possível, do ponto de vista ecológico, generalizar em uma escala mundial os padrões tecnológicos de produção e consumo prevalentes nas atuais economias industriais (ROMEIRO & REYDON, 1996).

Numa referência ao discurso do determinismo tecnológico, lideranças de grupos atuantes na esfera de “desenvolvimento do campo”, aqui particularmente o caso do SERTA/Ecoorgânica, consideram que:

“[...] há muitos anos atrás agricultura orgânica era agricultura de pobre... sempre foi relegada como agricultura de pobre, era sempre fundo de quintal, uma coisinha pequenininha. Então, quer dizer, era a cara do mercado? Não era a cara do mercado. Mas agricultura orgânica hoje começa a crescer começa a ter espaço... e isso já começa a incomodar.

A que você atribui esse ‘começar a ter espaço’?

Ah... pra mim, eu digo que tem duas coisas bem diferenciais. Antes da vaca louca e depois da vaca louca. Até então era agricultura sempre de pobre, coisa de ecologista... de pessoas muito românticas, entendeu? Quer dizer, que não alimenta o mundo, né? São pessoas que tão ali no mundo da lua achando que isso é bonito, mas quando entra a ‘vaca louca’ na Europa, que mexe tudinho com a questão de fazer ração com a própria carcaça dos animais, então isso criou um impacto mundial muito grande, muito grande, porque a repercussão foi geral, né? E isso começou a levantar a preocupação com a segurança alimentar. Veio muito mais à tona isso no mundo inteiro. Então o europeu começou a cobrar alimentos limpos, a querer mais alimentos limpos, alimentos produzidos sem esse tipo de tecnologia” [Ex1].

Ora, no início de 2001, a “síndrome da vaca louca” (Ex1) se espalhou pela Europa, causando a matança indiscriminada, mas inevitável de milhares de animais, e muitos prejuízos. Apesar da “síndrome da vaca louca” ser conhecida desde 1986, quando afetou grande parte do gado das Ilhas Britânicas, foi em 2001 que se detectaram noventa casos de uma forma humana relacionada à doença da **vaca louca** (a doença de Creutzfeldt-Jakob), extremamente rara, e reconhecidos na Europa. Este evento incitou um **deslocamento** (LACLAU, 1993) nos padrões de segurança alimentar, permitindo a abertura de nova ênfase ligada a uma **produção orgânica**.

Compreendendo o desenvolvimento tecnológico como um processo social e que a tecnologia prevalente na sociedade industrial coincidia com relações autoritárias e hierárquicas, Schumacher (1983) considerava possível conceber uma tecnologia baseada em relações não-hierárquicas e não-autoritárias, ou seja, se existissem **alternativas** tecnológicas, não se justificaria realizar escolhas tecnológicas inadequadas. No contexto empírico

analisado, observamos nas origens do sentido **alternativo** atribuído à produção (Ex2, a seguir), o modo como esta nova reivindicação começa a ser incorporada a uma práxis “de mercado” (Ex3; 4):

“E normalmente essa agricultura (orgânica) era sempre do pequenininho. Não era que o cara fosse um produtor orgânico, (mas) era que o cara não podia comprar o veneno, não podia comprar o adubo, então... ele tinha que arrumar outras estratégias pra poder sobreviver. Quer dizer, ele ia plantar o repolho dele. Se ele não podia comprar adubo químico nem veneno, que outra alternativa ele tinha? Então tinha que usar o esterco, tinha que usar o lixo, então (essa) era a forma alternativa” [Ex2].

“[...] Com a vaca louca mexeu em tudo, começou uma série de exigências por agricultura orgânica, a gente deu salto de qualidade: muito mais capacitação, muito mais gente querendo comprar o produto. Esse foi o limite, (...) a vaca louca pra mim foi o marco entre um lado e outro” [Ex3].

“A partir desse momento (*i.e.*, a *síndrome da vaca louca*), a coisa começa a tomar uma proporção maior, o cliente começa a buscar mais a segurança alimentar, o hábito começou a mudar também, houve uma mudança no hábito alimentar e começa essa corrida em busca da agricultura orgânica. Então esses países pequeninhos, esses países do Terceiro Mundo conhecidos por ter uma agricultura familiar muito incipiente, começaram a se destacar!” [Ex4].

É preciso destacarmos que no Brasil, a recente ênfase governamental sobre uma ‘política diferenciada’ para o campo, com a expressão **agricultura familiar** vem ganhando, na presente década, um status político-institucional antes inexistente. A noção de agricultura familiar, indicando um conjunto social de interesses próprios, padrões de sociabilidade diferenciados e um *modus operandi* específico no mundo rural, indica uma mudança político-institucional nos anos recentes, à medida que vem abrindo novas possibilidades de ação política e de intervenção no campo brasileiro, inclusive novos espaços de demanda social e de estruturação de formas de organização (NAVARRO, 2002). Em contrapartida, essa abertura não se dá num campo neutro, mas segue uma lógica de **luta hegemônica** pela manutenção de uma ideologia dominante, como percebemos na visão dos líderes do SERTA/Ecoorgância:

“(...) agora a gente já ta perdendo essa corrida. Eu sinto que a gente já ta perdendo essa corrida, porque os grandes países, os grandes mercados, grandes investidores já estão entrando na produção desse produto orgânico, então quer dizer, a lógica da agricultura orgânica que era pra ser muito mais social hoje ela começa a ser muito mais industrializada, muito mais mercadológica. O “Grande” é que ta tomando conta desse processo, então a gente vê hoje o Carrefour investindo, a gente vê outras grandes entidades trabalhando já com agricultura orgânica. Daqui a pouco, vai ser um produto orgânico, mas a lógica capitalista continua do mesmo jeito” [Ex5].

No trecho acima (Ex5), salienta-se a própria necessidade de mudança de enfoque, não apenas sobre os processos produtivos, mas da lógica predatória da práxis de mercado e do consumo como força motriz. Durante muitos anos, uma “cultura do consumo” foi convencionalmente descrita em termos do surgimento do consumo de massa (MORIN, 1989) como uma contrapartida da produção em massa, isto é, do binômio taylorismo-fordismo que foi expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, e vigorou na grande indústria ao longo de praticamente todo o século XX (MÉSZÁROS, 1995). Nas últimas décadas, porém, o que se observa é um contexto de mercados de consumo cada vez mais saturados e de uma rotatividade cada vez mais rápida em gostos e tendências. A visão de que, mesmo incorporando-se mudanças pertinentes em aspectos produtivos, “a lógica capitalista continua do mesmo jeito” (Ex5) poderia estar associada à idéia de que não existiria uma capacidade de reversão ou transformação na lógica de mercado. Jameson (1997) alerta, inclusive, que “a ideologia de mercado não é, infelizmente, um luxo suplementar de idéias ou

de representação, um enfeite que pode ser removido do problema econômico e depois levado a um necrotério cultural ou superestrutural para ser dissecado por seus especialistas” (p.268).

Uma questão crítica se torna, então, como fomentar uma nova práxis que considere exercer resultados efetivos na consolidação de um modelo sustentável de desenvolvimento em seu sentido mais amplo (PRINCEN, MANIATES & CONCA, 2002). Entende-se que não se trata de **negar** o lugar da técnica, ou remanejá-la, mas subordiná-la aos sujeitos sociais, a seus valores, necessidades e aspirações, que tomam corpo nos seus projetos de (re)produção, de se desenvolverem no tempo e espaço. A dimensão técnica na produção-consumo estaria, assim, incorporada a um projeto político alternativo. Mas as dificuldades de se articular uma dimensão técnica alternativa a um projeto político alternativo, bem como os possíveis efeitos da não-concretização dessa proposta, são refletidos na seguinte visão:

“Você comentou agora que sente que daqui a pouco o produto orgânico vai estar lá no topo, na estrutura dominante...”

Eu acho que não dominante, acho que vai poder ser a predominante. Não vou dizer dominante, porque acho que pra chegar na dominante... Eu acho que a outra agricultura tá muito bem estruturada. Ela não tá só na cabeça das pessoas, ela tem uma estrutura física muito bem montada, então não se quebra isso com facilidade. (...) ela se legitimou, criou uma cultura - quando hoje se fala em agricultura o produtor pensa logo em veneno, em adubo, em trator, é incrível como isso tá atrelado aqui dentro [*na cabeça*]. Então pra quebrar isso não é fácil, mas eu aposto que ela (a agricultura orgânica) será predominante” [Ex6].

Neste caso, quando a contingência do sentido fixado é (re)ativada por um evento de deslocamento (LACLAU, 1993), acentua-se o caráter flutuante do significante (LACLAU, 2002), aqui o próprio sentido **alternativo**, que permite a abertura de possibilidades para novos discursos de orientações distintos. A articulação de elementos flutuantes, como **orgânico, alternativo, sustentável** etc. envolve a construção de um espaço mítico como opção frente à forma lógica do discurso estrutural hegemônico, isto é, uma superfície de inscrição ideológica que deve prover um espaço homogêneo de representação (TORFING, 1999). Por outro lado, a subversão da identidade dominante precisa considerar o próprio status de imaginário social (LACLAU & MOUFFE, 1989) que o discurso da agricultura **convencional-tecnologia dominante-produção em massa** (Ex6) tem adquirido na estrutura discursiva. Observemos a Figura 01, que nos auxilia a sintetizar as idéias discutidas:

Figura 01 – Hegemonização de sentido (alternativo) pela lógica estrutural dominante

Assim podemos observar o modo como o sentido do termo **alternativo** (que sugere uma lógica responsável na relação sujeito-natureza e includente) é subvertido por uma lógica estrutural dominante e excludente (i.e., a lógica atual do mercado). Apesar de um imaginário ideológico de um futuro econômico “próspero”, suscitado pelos processos produtivos, de globalização, de integração regional, a **permanência** dessa lógica social excludente incita o questionamento de como lidar não apenas com a necessidade de mudanças e alterações no sistema social e no sistema produtivo, mas em seu componente ideológico, sobretudo quando as referências de poder são anônimas e/ou translocalizadas na sociedade contemporânea. Os conflitos presentes na possibilidade da Agricultura Orgânica predominar, mas ligada a uma lógica de mercado (Figura 01) são assim percebidos (SERTA-Ecoorgânica):

“Veja, quem vai ganhar é o meio-ambiente. O meio-ambiente com certeza vai ganhar, mas eu tenho pra mim que se os produtores que tiverem fazendo ela for simplesmente em busca do financeiro... quer dizer,... não entrar consciência (que) ‘tou produzindo organicamente porque eu sei que é bom pra mim, é bom pro meio-ambiente...’ quer dizer, é um trabalho de consciência, é você estar ecologizado. (...) essa palavra ‘ecologizar’, é botar o verbo, a ação em tudo o que você faz, na forma de vestir, na forma de pensar, na forma de trabalhar, na forma de comer, tudo tem ecologização. Então eu acho que se por acaso não for nessa linha, eu acho que a gente vai ter uma agricultura orgânica, mas com a mesma lógica de uma agricultura convencional, mesma lógica, não vai mudar muita coisa. O pequeno produtor vai ficar novamente lá em baixo, vai começar a surgir tecnologia muito maior... os ‘defensivos botânicos industrializados’, os ‘adubos orgânicos industrializados’, os adubos em sacos, nas indústrias... Então continua do mesmo jeito” [Ex7].

Surge, assim, a necessidade de nos questionarmos pela possibilidade de se vislumbrar um espaço de luta no campo empírico que temos analisado, a partir do qual se poderia subverter o componente ideológico dominante; vejamos o seguinte relato:

“[...] a falta de conhecimento, de informação, do produtor. É incrível como a escola não consegue produzir conhecimento na realidade em que ela está. Então ela não ajuda o produtor a entender a sua realidade, e a intervir na sua realidade. Ela parece que tá o tempo todo querendo expulsar o produtor a sair daquela realidade: ‘olha, a realidade melhor é aquela, não é essa’... Então a lógica continua a mesma. Então como fazer com que a escola, ou com o conhecimento que seja passado nas capacitações com o produtor sejam conhecimentos que ajudem ele a intervir na realidade dele e fazer com que ele tenha um produto cada vez melhor?” [Ex8].

A partir do relato acima (Ex8), entendemos que o espaço de construção, difusão e compartilhamento de **conhecimento**, geralmente materializado na instituição educacional (Escola), é vislumbrado numa perspectiva de se incorporar uma nova dimensão ideológica ao âmbito da produção (em contraposição à idéia de uma prática produtiva alienante), uma nova visão acerca de padrões produtivos, assim como de estimular efeitos sobre a práxis produtiva. Neste mesmo eixo analítico, destacamos o engajamento do SERTA-Ecoorgânica numa proposta educacional que apóie um desenvolvimento sustentável (i.e., *PEADS*):

“[...] a gente ta capacitando não em tecnologia, mas eu tou capacitando nisso aqui, oh: são os princípios que norteiam essas tecnologias... Então se eu digo assim um princípio pro produtor – ‘o solo tem que ser protegido’ – então... como é teu nome? [Bianca] Então, se Bianca incorporou o princípio da tecnologia, então Bianca vai proteger o solo com papel, com plástico, com mato. Bianca vai ter que pensar uma tecnologia que proteja o solo dela! Independente da realidade! Você pode estar no Sertão, na Mata ou no Agreste... você vai ter que bolar ‘como é que eu vou proteger meu solo?’... Mas não, normalmente as pessoas ensinam o que? A tecnologia. Aí chega e diz ‘olhe, cubra o solo com tal coisa’, aí o produtor quando volta pra realidade dele e vê que não tem aquela ‘coisa’, não cobre nada. ‘Não tem aqui, então também não faço nada!’, porque pra ele a forma só de fazer é aquela. (...) Então eu quero passar o princípio, porque se eu passar o princípio, ele vai embora ele cria! Ele vira inventor dentro de sua realidade! Então eu acho que isso é que faz a diferença. (...) as pessoas tão sempre pensando em passar a fórmula pronta, então ‘como fazer?’. E a gente ta preocupado em ‘por que fazer’. Por que fazer isso? Por que fazer aquilo?...” [Ex9].

Percebemos, assim, o modo como o sujeito-produtor é interpelado pela condição de agente de desenvolvimento local. No entanto, essa posição de sujeito implica relacioná-la à esfera de consumo sob pena da interface produção-consumo não poder ser problematizada adequadamente. Uma subjetividade política deve ser envolvida, pois, na incorporação da dimensão ideológica ao âmbito do consumo (ver Ex10), como forma de se contrapor a um consumo alienado ou alienante. O próprio engajamento do SERTA-Ecoorgânica considera:

“(...) fazer uma agricultura onde a pessoa não compre só o produto pela ‘boniteza’, mas que a pessoa que compre aquele produto saiba que aquele produto ta limpo, foi produzido limpo e não usou esse tipo de tecnologia [tecnologia de produtos - agrotóxicos]... Ele não ta usando esse tipo de tecnologia... ele ta usando esse tipo de tecnologia [mecanismos alternativos de produção]... Tecnologia de processo e não tecnologia de produto” [Ex10].

Assim, um aspecto importante desta análise é a problematização da esfera do **consumo**. O dilema da evolução do poder de compra e do nível de consumo é, ao mesmo tempo, o de favorecer uma certa uniformização de alguns modelos de consumo, facilitando os efeitos de “mimetismo” e de “imitação” entre as classes sociais, e o de manter os intervalos e as diferenciações de modos e níveis de consumo entre as classes sociais, de maneira a conservar um “excedente perpétuo das necessidades”. Se a esfera da produção mantém esse “exército de reserva das necessidades”, ela além disso conserva o “excedente perpétuo das

necessidades em relação aos bens, a fim de alimentar, invariavelmente, uma procura evolutiva. A política de crescimento, pois, ligada à evolução das necessidades e ao desenvolvimento do consumo, mantendo sempre um desequilíbrio entre os bens e as necessidades, leva a estados de insatisfação permanente e a uma “pauperização” psicológica dos indivíduos (BAUDRILLARD, 1998).

A “alienação” do consumidor, nesse contexto, pode ser entendida como um processo não-transparente, mediado por forças “ocultas” que ratificam o poder de um discurso hegemônico da produção, gerando um sistema predatório. A busca incessante pela satisfação de necessidades e desejos impele os indivíduos a venderem a sua força de trabalho em troca do dinheiro. Nesse processo, o capital degrada o sujeito real da produção - o trabalho - à condição de uma objetividade reificada – um mero fator material de produção-, subvertendo, desse modo, não só na teoria, mas na prática social, a relação sujeito-objeto (MÉSZÁROS, 1995). Assim, quando o consumo é observado apenas por intermédio de suas implicações econômicas, como um ato alienado e inconsciente que visa saciar os desejos de um indivíduo, outros impactos (a exemplo dos impactos sociais e ambientais) deixam de ser avaliados em suas dimensões.

Canclini (1997) destaca, porém, a necessidade de estudarmos o **consumo** como manifestação de sujeitos, de buscar onde se favorece sua emergência e sua interpelação, e onde se propicia ou se obstrui sua interação com outros sujeitos. Castells (1993) afirma, inclusive, que o consumo seria um lugar onde os conflitos inter-classes originados pela desigual participação na estrutura produtiva, ganham continuidade através da distribuição e apropriação dos bens. Touraine (1999), ao se questionar sobre como salvar a capacidade de ação política dos que não seriam ‘mais que’ consumidores mundializados, destaca como fundamental perceber de que modo os agentes sociais podem estar em condições de participar ativamente do processo de transformação, sem sofrer alienação. Mais do que lutar contra um conflito, portanto, a ação social se torna mais política e cultural do que econômica (TOURAINÉ, 1969; 1999).

A viabilidade dos intentos em se resgatar uma qualidade (perdida) da política, no âmbito do consumo, depende de que estes transcendam seu caráter reativo e elaborem projetos que interajam com as novas condições estabelecidas pela globalização. Neste sentido, os estudos mais esclarecedores sobre o processo globalizador podem ser aqueles que indagam se é possível instituir sujeitos em estruturas sociais ampliadas. De acordo com Canclini (2003), “é certo que a maior parte da produção e do consumo atuais são organizados em cenários que não controlamos, e muitas vezes nem sequer entendemos, mas, em meio às tendências globalizadoras, os atores sociais podem estabelecer interconexões entre culturas e circuitos que potencializem as iniciativas sociais” (p.28).

Ao repensar a cidadania em conexão com a produção-consumo e como estratégia política (CANCLINI, 1997), procura-se um marco em que possam ser consideradas conjuntamente as atividades de produção-consumo que configuram uma dimensão da cidadania. Quando se reconhece que ao consumir também se pensa, se escolhe e se reelabora o sentido social, é preciso se analisar como esta área de apropriação de bens e signos intervém em formas mais ativas de participação do que aquelas que habitualmente recebem o rótulo de consumo; em outros termos, traz-se à tona a pergunta de se, ao consumir, o indivíduo pode estar fazendo algo que sustenta, nutre e, até certo ponto, constitui uma nova maneira de ser um sujeito cidadão (CANCLINI, 1997). Tais considerações são relevantes para visualizarmos a interação entre produção e consumo como algo mais complexo do que a mera relação entre meios manipuladores e dóceis audiências, vislumbrando a possibilidade de uma racionalidade sociopolítica no campo relacional produtor-consumidor.

Ainda que as práticas de consumo possam dar a impressão de serem passivamente estruturadas pela sociedade, é preciso esclarecer que essa visão pode ser determinista e

ignorar as formas pelas quais a ordem social não só é um reflexo, mas também é constituída, e certamente transformada, por essas práticas. Slater (2002) argumenta que as necessidades, declaradas nas práticas de consumo, não são sociais no sentido simples de serem “influências sociais”, “pressões sociais” ou processos de “socialização” por meio dos quais a sociedade “molda” o indivíduo. As declarações de necessidades são ligadas a pressupostos de como as pessoas podem, devem ou vão viver em sua sociedade, isto é, não são apenas sociais, mas também políticas, pois envolvem afirmações a respeito de interesses e projetos sociais. Além disso, as declarações de necessidades questionam se os recursos materiais e simbólicos, o trabalho e o poder estão sendo alocados por instituições e processos sociais contemporâneos de forma a sustentar a vida que as pessoas querem levar.

Entendemos que o consumo de bens e serviços requer a mobilização de recursos sociais, e essa mobilização sempre se realiza conforme acordos sociais específicos referentes à organização produtiva, capacidades tecnológicas, relações de trabalho, propriedade e distribuição. Os acordos específicos alcançados, a forma pela qual as relações de produção e as relações de consumo se interpõem, situam o consumo no centro das questões sobre o tipo de sociedade que se é e se quer (SLATER, 2002). Os padrões produtivos e de consumo, segundo uma perspectiva sociopolítica, portanto, não são redutíveis em si mesmos, mas contemplam projetos políticos mais amplos, ligados aos propósitos da produção e aos usos sociais a que os recursos devem ser destinados. Neste sentido, o próprio sentido de **desenvolvimento** enquanto projeto político é inserido num campo de articulações sociais. Aprofundamos esta reflexão na seção seguinte.

4 UM OUTRO OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Como temos apresentado, o enfoque teórico sobre um desenvolvimento **alternativo** é constituído por múltiplas análises e propostas formuladas por críticos de pressupostos e dos resultados de programas desenvolvimentistas convencionais. Sua origem remonta à década de 1970, quando se destaca uma nova ótica dos efeitos da degradação dos recursos ambientais sobre o equilíbrio dos ecossistemas e sobre a sustentabilidade da vida no planeta, e não mais apenas sobre seus possíveis efeitos sobre o desenvolvimento econômico. Santos (2002) destaca alguns encontros fundadores desta perspectiva, como a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, em 1972, promovida pela ONU. Contudo, para o autor, a idéia de um desenvolvimento alternativo foi impulsionada decisivamente pela fundação sueca Dag Hammarskjöld em 1975, dando lugar à criação da Fundação Internacional de Alternativas de Desenvolvimento, em 1976, cujas reflexões e publicações sintetizaram os pilares desse enfoque teórico. O debate sobre alternativas de desenvolvimento continuou nos anos 80 e 90 e hoje constitui uma das principais fontes de energia e idéias nas críticas à globalização neoliberal (SANTOS, 2002). A Eco-92, conferência mundial realizada no Rio de Janeiro, representa o ápice da reflexão acerca do desenvolvimento alternativo e da mundialização da consciência sobre a necessidade de administração dos recursos ambientais.

Nesse contexto visualizamos a emergência de atores coletivos heterogêneos, cuja face pública aparece mais ou menos unificada, mas que correspondem antes a redes ou articulações de atores de diferentes tamanhos e formatos, figuras de um campo de articulações sociais (BURITY, 2000). Em nossa interlocução com a experiência do SERTA-Ecoorgânica, podemos destacar, como concepção de desenvolvimento vinculada a um projeto de sociedade, (Ex11, a seguir) a visão de que:

“Desenvolvimento pra nós seria o exercício da vida em condições humanas, econômicas, sociais, ambientais aceitáveis, em condições de no mínimo permanecer ou melhorar o ambiente para as gerações futuras, quer dizer, o desenvolvimento é aquele, é aquilo que provoca a facilidade da vida para as gerações futuras, sem prejudicar a geração presente ou que favorece a vida atual sem prejudicar as gerações futuras. Isso é um paradigma totalmente diferente do paradigma tradicional do

desenvolvimento, onde a relação do homem com a natureza, do homem e da mulher, sendo fora da natureza e utilizando da natureza para manter a sua reprodução. A gente trabalha o conceito e a visão de natureza onde o homem e a mulher são seres da natureza, fazem parte... e têm um diferencial muito grande dos outros seres, que é a capacidade e a possibilidade de intervir...” [Ex11].

Esse sentido do desenvolvimento **sustentável** (Ex11) corrobora a concepção presente no Relatório Brundtland (1987) que o define como aquele que “satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”. Um desenvolvimento sustentável busca a integração e compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a qualidade ambiental. Esse conceito de desenvolvimento remete à assertiva de que não haverá crescimento econômico em longo prazo sem progresso social e sem cuidado ambiental, sendo que todos os lados devem ser vistos e tratados com pesos iguais, ou seja, rejeita-se uma separação ontológica entre as dimensões da realidade (e.g., cultural, política, social, ambiental, econômica etc.).

Com a presença de mais de 100 chefes de Estado e de mais de 30 mil representantes de organizações governamentais e não-governamentais, o documento de maior abrangência resultante da Eco-92 foi a **Agenda 21** (Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992), a qual contém 21 pontos-guia para um desenvolvimento **sustentável**. Apesar desta Agenda ter representado um ponto de partida para ações posteriores, ela é alvo de críticas (ACSELRAD & LEROY, 1999; ACSELRAD, 1997). Os diplomatas, técnicos de agências internacionais, membros de ONGs etc., ao elaborar a Agenda 21, produziram uma obra de amplo consenso. Aparentemente, a Agenda contempla o necessário para satisfação de todos. Acselrad e Leroy (1999) discutem que a Agenda apela aos países ricos, exortando-os a procurar “padrões sustentáveis de produção e consumo” (item 4.7.), preocupa-se com o “combate à pobreza” (item 3), pede o “fortalecimento do papel dos grupos principais”, incluindo as mulheres (item 3:23-32) – porém, demonstra que os eixos fundamentais de reflexão mantém o mercado e a economia como categorias centrais. A Agenda 21 afirmaria, para Acselrad e Leroy (1999), a primazia da economia como **motor** do desenvolvimento alternativo sustentável.

A emergência e adoção como **natural**, dado como certo, de um modelo único de gestão ambiental tem como referência pelo menos duas tendências contemporâneas; primeiramente, temos o que poderíamos chamar de **globalização das agendas** ambientais (COSTA, 2001), isto é, a incorporação de padrões genéricos de sustentabilidade e de qualidade de vida, medidos por índices internacionais e nacionais, associados a uma certa **eficiência ecológica** das localidades. Apesar dos avanços inerentes ao reconhecimento da necessidade de adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, fica patente uma perigosa inversão da lógica que orienta muitos destes discursos: a **sustentabilidade** como uma condição para a competitividade entre cidades, por exemplo, ou seja, como um diferencial positivo na supostamente **natural** competição por recursos e investimentos, e não como direito fundamental e básico de todos. Observemos, em primeiro lugar, o olhar crítico do SERTA-Ecoorgânica a esse respeito (Ex12):

“Eu acho o seguinte, veja. Desenvolvimento é uma palavra que já devia dizer tudo. Mas o danado é que quando se fala em desenvolvimento, começaram a adjetivar, botar meio-mundo de adjetivos pra poder explicar que tipo de desenvolvimento a gente ta falando. Então veja, “desenvolvimento local”, aí era pouco dizer que é só do local, aí ‘integrado’, ‘sustentado’, então não são só adjetivos, mas são também palavras que dão qualidade para o tipo de desenvolvimento que a gente quer fazer. Essa por si só devia explicar porque na concepção que o SERTA tem hoje, na concepção de desenvolvimento que a gente tem hoje, a gente ta falando de desenvolvimento de capital social, humano, produtivo, tudo ao mesmo tempo. Mas a gente vê hoje que essa palavra – desenvolvimento, democracia... Antigamente democracia a gente só falava quem fosse de Esquerda. Hoje a gente vê democracia na boca de pessoas de

extrema Direita, pra dizer que é a mesma democracia que a Esquerda ta pregando, então é complicado. Então essa coisa começa a ter esses adjetivos. (...) [**Então pra você não seria necessário adjetivar...**] Não, pra mim, eu acho que não precisava adjetivar, não precisava adjetivar se as pessoas entendessem o que é desenvolvimento. Mas hoje é tanta gente dizendo que ta fazendo desenvolvimento sustentável que começa a ter todo um... tem que botar mais adjetivos. Por exemplo, 'local', daqui a pouco vai ter que dizer 'local, integrado, sustentável com o pequeno agricultor', já vai especificando cada vez mais pra poder dizer que tipo de trabalho ta sendo feito" [Ex12].

Em segundo lugar, observamos que diante da necessidade de um olhar que resgate o acúmulo de experiências e conhecimentos construídos pelos movimentos sociais em direção a parâmetros de diversidade política e cultural e de justiça socioambiental, pergunta-se pela possibilidade de um projeto internacional alternativo calcado na justiça ambiental. Por outro lado, um dos vetores gerais condicionando as disputas no cenário global consiste em que a "quebra da pretensão de universalidade dos discursos políticos e culturais tem deslocado as grandes narrativas da modernização; seja pela sua negação como modelo; seja pela tentativa de desenvolvimentos autônomos em contradição com grandes interesses políticos e econômicos internacionais; seja pela multiplicação dos caminhos tomados em nome destas narrativas, que explode a sua coerência interna, sua capacidade de dar unidade a tão diversas trajetórias; seja pela multiplicação dos atores da modernização" (BURITY, 2000, p.5).

A crítica aos universalismos modernos não significa uma recusa do universalismo, mas uma localização do universalismo (LACLAU, 1996). Burity (2000) explica que tanto identidades locais podem, em nome de certos direitos amplamente reconhecidos, reivindicar uma autonomia parcial ou mesmo separação, identificar outros grupos sociais cuja presença representaria uma ameaça a ser neutralizada, ou, ainda, reclamar sua inclusão no **pacto de sociedade** mais amplo em que se inserem.

De acordo com esta lógica, a própria noção de desenvolvimento **local** é introduzida para contemplar a pluralidade e diversidade de projetos coletivos. Autores como Cragnolino (2000) o consideram como um processo de desenvolvimento centrado num **território** em que os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações em função de metas e projetos comuns. Prévost (1983) o define como o processo histórico pelo qual uma comunidade local faz e refaz, harmoniosamente, numa inter-relação com seu ambiente regional, nacional e internacional, suas estruturas de forma a obter os níveis apropriados, econômicos ou não, necessários para influenciar ou mesmo elaborar seu próprio futuro econômico e crescimento de seu bem-estar. No campo empírico analisado, por exemplo:

"Exploradores e explorados num contexto de território seriam aquelas pessoas que regem a sua vida e regem o seu trabalho por aquele conceito de que o mundo, a natureza é objeto de intervenção do homem para exploração dos interesses e das necessidades do homem pura e simples. Então as pessoas que exploram a terra dessa forma não devolvem para a natureza o que a natureza gostaria de receber de volta, como os restos da cultura, as cascas e todos os elementos da matéria orgânica. O homem chega e queima, enquanto poderia devolver. O homem não planta nada para a natureza, só planta pra ele" [Ex13].

Dentro desta noção de desenvolvimento (Ex13), a comunidade local consiste num agrupamento organizado sobre um território natural e historicamente constituído, capaz de criar seus próprios objetivos ou projetos e de se definir em relação ao cenário regional, nacional e outras comunidades. Ela é constituída de valores, de pessoas, instituições, empresas, atividades e recursos. A noção de harmonia encontra-se dentro de um sentido ecológico (PRÉVOST, 1983; SCHUMACHER, 1983), uma vez que se tem em mente um desenvolvimento econômico em harmonia com os outros aspectos do desenvolvimento local,

seja o desenvolvimento cultural, social, político ou a administração territorial. Assim, a noção de **território** é relevante, uma vez que pode criar ou reforçar as bases para um senso de identidade comum, compartilhado por atores locais. O conhecimento de diferentes combinações espaciais e atributos que ajudam a forjar o conceito de território é relevante à avaliação do potencial do próprio território enquanto espaço adequado à promoção de um enfoque desenvolvimentista sustentável (CORDEIRO, 2006).

Na concepção do território produtivo, por exemplo, várias dimensões são consideradas, incluindo o estoque de recursos naturais e acumulados, as especializações e os arranjos produtivos locais, a natureza da infra-estrutura física disponível, a qualidade dos recursos humanos, a densidade do capital social e da base institucional, a presença de um clima favorável a mudanças, a preocupação com pequenas empresas, o sentimento de identidade territorial etc. (VALE, 2004), conforme evidenciado na própria experiência do SERTA-Ecoorgânica:

“Território. É tentar criar forças, juntar forças, não só das pessoas, mas do meio-ambiente, da parte física, da parte dos recursos biológicos. Porque se eu consigo juntar as pessoas e eu consigo juntar também o território, então são duas forças a mais – eu vou ter recursos ambientais e vou ter também os recursos humanos, então é um duplo reforço em termos de uma meta de buscar o desenvolvimento. Se eu não consigo juntar essas duas coisas, eu vou ter muita gente junta mas sem reconhecer as forças, os potenciais ambientais, dos recursos naturais que existem. Então é como juntar esse capital humano, esse capital produtivo, esse capital social, capital político, e juntar pra reforçar qualquer coisa que a gente esteja fazendo. (...) Juntar forças” [Ex14].

Assim, o desenvolvimento, conforme temos discutido, é antagônico ao jogo sem restrições das forças do mercado. A degradação ambiental e as desigualdades distributivas seriam expressão do fracasso de um projeto dominante de desenvolvimento fundado na expansão mundial das relações de mercado. Dessa forma, a crise desenvolvimentista consiste na crise de um modelo de integração homogeneizadora das sociedades periféricas ao capitalismo central (ACSELRAD & LEROY, 1999). A atual crise socioambiental serve como espaço para reflexão sobre a construção de novas alternativas e propostas, que somente podem vir à tona quando a sociedade for chamada a se expressar e a participar. A formulação de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável pode ter como eixo central o enfrentamento das causas que se encontram na raiz simultaneamente das desigualdades sociais e distributivas, e da degradação ambiental, conforme identificamos no seguinte relato de um dos líderes do SERTA-Ecoorgânica (Ex15):

“Sustentabilidade pra mim... sem ela nada anda [risos] A maioria dos recursos são finitos, têm fim; embora a gente veja na escola que tem os recursos que são finitos e outros não, mas eu acho que todos os recursos são finitos. Então... se eu quero fazer com que esses recursos cada vez mais ultrapassem gerações, então vou ter que saber cuidar deles hoje, né? E eu acho que a melhor forma de eu tentar pensar no sustentável é quando eu penso no meu filho... Todo mundo quer deixar o melhor pros filhos, né?” [Ex15].

Entendemos que o sentido do termo **sustentabilidade** não se resume aos aspectos ambientais; estes devem ser tratados como **evidências** de um problema mais amplo de **insustentabilidade** do modelo atual. Assim, é preciso esclarecer que uma política ambiental é diferente de uma política de sustentabilidade. A primeira se concentra em limpar aspectos pontuais do sistema de produção e consumo, tornando o ambiente vivido menos degradado, enquanto a segunda supõe uma transformação das próprias estruturas e padrões que definem a produção e o consumo, avaliando a sua capacidade integral de sustentação (ACSELRAD, 1997).

Os objetivos do Desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material (SACHS, 2004). Para Sachs (2004), a sustentabilidade deve ser problematizada a partir de uma perspectiva multidimensional: a sustentabilidade social; a ambiental; a territorial; a econômica; e a política. Sachs (2002) coloca, ainda, a dimensão cultural para se referir à defesa de processos criativos endógenos e da pluralidade de soluções culturais locais. Apesar de fixar tais dimensões em torno de uma lógica funcionalista, ligada à distribuição e/ou alocação de recursos³, consideramos que as mesmas podem, ainda, ser úteis para termos uma idéia do sentido mais amplo que a sustentabilidade pode assumir no campo de ação. Assim, por exemplo, podemos melhor compreender visões multifacetadas para o desenvolvimento, como a visão do SERTA (Ex16):

“Essas cinco dimensões - participação das crianças; participação de adolescentes e jovens; participação das famílias; papel dos sistemas formais de ensino e aprendizagem; papel da cultura e do conhecimento - não se separam, não são coisas que se juntam, se acrescentam. Não são anexas, nem complementares. São da essência de uma concepção de DLIS [Desenvolvimento Local Integrado Sustentável]. Fazem parte de uma visão holística, dialética de conceber a sustentabilidade. Não dá para incorporar uma delas sem o conjunto. Em outras palavras, educação de qualidade não se faz sem uma nova relação da escola com a família. Desenvolvimento das famílias, sobretudo rurais, não se faz sem mudança na escola e sem a escola exercer outro papel diferente do que exerce hoje. Jornadas ampliadas, tipo PETI, Agente Jovem, Bolsa Escola não contribuem para DLIS se não mexer com a concepção da educação regular. Os esforços de educação complementar não garantem resultados e sustentabilidade se ficarem só no campo informal da educação. Família não se trabalha com sustentabilidade se não houver ligação dos conhecimentos práticos da mesma com os conhecimentos escolares. Conhecimento não vira cultura sem decisões políticas dos envolvidos, sem mobilização social entre os sujeitos. Desenvolvimento não é só uma questão de planejamento técnico; exige firmeza de propósitos a curto, médio e longo prazo; exige que a iniciativa continue nos outros mandatos eleitorais” [Ex16].

A descrição acima (Ex16) corrobora com a percepção de Acselrad e Leroy (1999) quanto à idéia de que os modelos de desenvolvimento, que descrevem o modo pelo qual as sociedades produzem e se reproduzem, não são uma formulação **neutra**. A apropriação do mundo material para realização dos fins aceitos como socialmente desejáveis é movida por formas econômicas (relativas a competição, acumulação, intercâmbio), formas sociais (como as que caracterizam as relações de trabalho e mecanismos redistributivos), técnicas (como os modos de artificialização utilitária do mundo), culturais, dentre outras. Contudo, pressupõe também um destaque à dimensão política como instância na qual se manifestam as vontades relativas aos projetos de sociedade (LIPIETZ & LEBORGNE, 1988). A construção de um projeto de sociedade com um desenvolvimento sustentável exigiria o aprofundamento da democracia, colocando-se como desafio central fazer das camadas populares sujeitos políticos de seu ambiente material, social, econômico e cultural (ACSELRAD & LEROY, 1999). Vejamos:

“(O *sujeito-agente desse desenvolvimento*) são as pessoas interessadas do lugar, em primeiro lugar são as pessoas (...) São as pessoas do lugar que tem

³ Sachs (2004) considera: a sustentabilidade social, na distribuição equitativa da riqueza; a ambiental, com os sistemas de sustentação da vida como “provedores” de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos; a territorial, na distribuição espacial dos recursos, populações e atividades; a econômica, na melhor alocação dos recursos e sua melhor gestão (o equilíbrio macrossocial, e não a lucratividade microempresarial, mede a eficiência econômica); e a política, tendo a governança democrática como valor fundador e meio necessário para a mudança.

que se descobrir e tem que se voltar pra si próprio, pra si mesmo e a partir daí ela ver do que ela é capaz, do que ela tem de limites e de possibilidades e não se reter só a fragilidades, às carências e à falta pra vir de fora” [Ex17].

“[...] Se empoderarem da própria condição de autor do conhecimento, de autor do desenvolvimento, de se empoderarem da condição da autoria do processo de humanização e de desenvolvimento que existe numa comunidade e não serem objetos da bondade ou das decisões dos gestores ou dos salvadores da pátria ou dos elementos externos à comunidade” [Ex18].

“Quem gera recursos, soluções são as pessoas que estão longe do problema, ou são os dinheiros que estão sob o comando dos de fora. Conseguir essas coisas torna-se o fim. Na nossa visão é verdade que precisamos dos recursos e do dinheiro que está fora. Porém como instrumento, meio, ferramenta de uma gestão, de uma concepção, de uma filosofia de desenvolvimento” [Ex19].

Entende-se que atualmente, aos grupos sociais fora da estrutura de poder, nega-se a possibilidade e a capacidade de pensar, discutir e construir suas próprias propostas de desenvolvimento. A ideologia dominante afirma que todos estariam ameaçados igualmente pelos grandes problemas ambientais e estes poderiam ser solucionados pela tecnologia (mais eficiência e as coisas estarão quase resolvidas para todos). Os setores dominados se viram impedidos de construir alternativas ou de desenvolver os projetos dos quais eram ou são portadores (ACSELRAD & LEROY, 1999).

Os objetivos da sustentabilidade ambiental, da equidade entre gêneros, da erradicação da pobreza, do respeito aos direitos humanos, do pleno emprego e da integração social não constituem uma realização linear, mas antes um processo complexo, envolvendo conflito e cooperação local, nacional, regional e global, e uma variedade de atores, como governos, organismos internacionais, entidades empresariais e organizações civis. Os conceitos de sustentabilidade, de desenvolvimento, não são neutros nem objetivos, mas devem ser trazidos para o campo das lutas sociais. Desse modo, a sociedade busca escapar do modelo dominante para inventar o seu futuro. Por fim, destacamos que a transição para um novo modelo de desenvolvimento articula dois movimentos: de um lado, a construção imaginária de um futuro desejável e, de outro, o esforço de entendimento das condições de sua viabilização. No campo do imaginário, o debate público é acompanhado de distintos discursos mobilizadores: aponta-se para a construção de uma modernidade ética ou para a radicalização da democracia, a passagem para uma sociedade baseada na inovação, a promoção de uma economia de integração competitiva, dentre outros. No plano da viabilização, por sua vez, apresentam-se distintos meios de repensarmos as articulações entre as dimensões econômicas, sociais e político-institucionais que dão direção ao desenvolvimento (ACSELRAD, 1997). A seguir, fazemos algumas considerações finais acerca da reflexão que temos conduzido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos investigar o modo como o enfrentamento dos problemas decorrentes do atual padrão de produção e consumo ocorre na ressignificação de elementos de uma lógica estrutural hegemônica. Os problemas decorrentes de escolhas políticas, que configuram os padrões produtivos e de consumo na ordem capitalista global, são enfrentados numa rediscussão dos sentidos atribuídos aos recursos materiais disponíveis e dos usos sociais a que os mesmos devem ser destinados.

Segundo um olhar crítico, a tecnologia produtiva perde seu caráter neutro ou inerentemente progressista e é posta em uma matriz de relações sociais, que lhe determinam o uso e aplicação. Evidencia-se uma nova racionalidade em que a **sustentabilidade** passa a ser o elemento reorganizador dos padrões produtivos e de consumo, mas um elemento problematizado a partir de uma ótica multidimensional (i.e., plural) e contemplando a

subordinação da **técnica** aos sujeitos sociais, a seus valores, cultura, necessidades e aspirações, que tomam corpo nos seus projetos de reprodução, de se desenvolverem no tempo e no espaço.

Numa interface “mercadológico-empresarial”, o discurso vigente aponta para a satisfação das necessidades e dos desejos dos consumidores como seu maior objetivo, a partir da qual a lucratividade das empresas seria uma consequência deste pressuposto. Mas, é preciso reconhecer que a atividade mercadológica é realizada **por e para** indivíduos e quando se enaltece uma práxis mercadológica segundo uma dualidade estímulo-resposta, acaba-se negligenciando o poder de ser consciente nesse espaço de ação.

Neste sentido, uma subjetividade política envolvida na incorporação (i.e., denúncia) da dimensão ideológica ao âmbito produtivo e de consumo contribui para repensarmos a cidadania em conexão com a produção/consumo e como estratégia política, procurando um marco em que possam ser consideradas conjuntamente as atividades de produção/consumo que configuram uma dimensão da cidadania.

Além disso, neste estudo percebemos que no discurso hegemônico as manifestações locais são geralmente subordinadas à geração de um conhecimento construído com base em necessidades **externas**, sendo que no âmbito da prática da produção e do consumo isto se configura na reprodução de oscilações e modismos de modelos hegemônicos (e.g., norteamericano). O conhecimento é aplicado ao **fazer**, transformando-se em um recurso e uma utilidade do qual o sistema dominante se apropria na configuração de uma nova forma de organização produtiva em que a fonte de produtividade se encontra na ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos. Assim, o conhecimento muitas vezes é manipulado enquanto capital ou instrumento de exclusão, e fomentado enquanto diferencial para se obter maior competitividade, produtividade e melhores resultados financeiros.

Procuramos, neste estudo, destacar que uma compreensão de como se dá uma construção contra-hegemônica no âmbito das organizações da sociedade civil, pode permitir a configuração e articulação de elementos diversos num processo de reconstrução social. Essa nova ênfase pode contribuir para uma prática teoricamente-informada das [re]articulações entre forças sociais que constituem estruturas em condições históricas específicas, numa tentativa de ressignificar elementos no campo da gestão e seus efeitos.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que incentivou este trabalho por meio da concessão de Bolsa de estudos. Nossos sinceros agradecimentos ao SERTA e à Ecoorgânica pelo apoio na consecução deste trabalho.

REFERÊNCIAS

Acsegrad, H. (1997). Sustentabilidade e Democracia. *Revista Proposta Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: FASE, 25 (1) 11-16.

_____, & Leroy, J. P. (1999). Novas premissas da sustentabilidade democrática. *Cadernos de Debate 1 - Projeto Brasil Sustentável e Democrático*. Rio de Janeiro: FASE.

Allérès, D. (2006). *Luxo... Estratégias. Marketing*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Baudrillard, J. (1998). Consumer Society. In: POSTER, M. *Selected Writings*. Cambridge: Polity Press, 29-142.

Beck, U. (1997). A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A., BECK, U., LASH, S. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora Unesp, 5-72.

Burity, J.A. (2000). *Identidade e Múltiplo Pertencimento nas Práticas Associativas Locais*. Relatório de pesquisa. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, mimeo.

Canclini, N. G. (1997). *Consumidores e Cidadãos*. Conflitos Multiculturais da Globalização. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. (2003). *Globalização Imaginada*. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras.

Castells, M. (1993). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1997). *A Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Cordeiro, A. T. (2006) *Perspectivas pós-estruturalistas na ressignificação de uma estrutura em crise: [re]discutindo concepções, relações e práticas no campo do Empreendedorismo*. Dissertação (Mestrado em Administração). Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Costa, H. S. M. (2001). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. In: *Ambiente & Sociedade*, 9(2), 153-155.

Cragolino, E. (2000). Un proyecto de desarrollo local rural en argentina: el enfoque y los desafíos. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 38, Rio de Janeiro.

Eco, U. (1987). *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo. Perspectiva, 7-67.

Fairclough, N. (1989). *Language and Power*. Londres: Longman.

_____. (2001). *Discurso e Mudança Social*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

Featherstone, M. (1997). *O Desmanche da Cultura*. São Paulo: SESC-Studio Nobel.

Gill, R. (2002). Análise de Discurso. In: BAUER, M.B., & GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 244-270.

Hall, S. (1996). Who needs identity?. In: *Questions of Identity*. Londres: Sage/The Open University.

_____. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília, UFMG/Representação da UNESCO no Brasil.

Horkheimer, M., & ADORNO, T. W. (2000). A Indústria Cultural: o Iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, L.C. *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 169-214.

Jameson, F. (1997). *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.

Kumar, K. (1997). *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: Novas Teorias sobre o Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Laclau, E., & Mouffe, C. (1989). *Hegemony & Socialist Strategy*. Towards a radical democratic politics. 2ª ed. Londres, Verso.

_____. (1993). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.

_____. (1996). *Emancipation(s)*. London, Verso.

_____. (2002). *Misticismo, retórica y política*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Econômica.

Lipietz, A., & Leborgne, D. (1988). O pós-fordismo e seu espaço. Reestruturação, economia e território. *Espaço e Debates*, (3)25.

Marques, L. R. (2008). Contribuições da democracia radical e da teoria do discurso de Ernesto Laclau ao estudo da gestão da educação. In: MENDONÇA, D. de., & RODRIGUES, L.P. (org.) *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 89-114.

Mészáros, I. (1995). *Beyond Capital: Towards a Theory of Transition*. Merlin Press: Londres.

Morin, E. (1989). *Cultura de Massa no Século XX*. O Espírito do Tempo - I. Neurose. 1. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Mutzenberg, R. (2002). *Ações Coletivas, Movimentos Sociais: aderências, conflitos e antagonismo social*. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Navarro, Z. (2002). O MST e a Canonização da Ação Coletiva (Reposta a Horacio Martins Carvalho). In: *Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista*, Boaventura de Sousa Santos, editor. São Paulo: Civilização Brasileira.

O Nosso Futuro Comum. (1987). *Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento*. Editora Meribérica, Lisboa.

Ortiz, R. (1994). *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Pádua, J. (1999). Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. *Cadernos de Debate, Brasil Sustentável e Democrático*, 6.

PNUD. (1996). *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília.

Prévost, P. (1993). *Entrepreneurship et développement local: Quand la population se prend en main*. Montreal: Les éditions Transcontinentales inc.

Princen, T., Maniates, M., & Conca, K. (2002). *Confronting Consumption*. MIT Press.

Romeiro, A., & Reydon, B. (1996). *Economia do meio ambiente: Teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. UNICAMP. I. E. Campinas. São Paulo.

Rovisco, M. L. (2000). Reavaliando as 'narrativas da nação: identidade nacional e diferença cultural. In: *IV Congresso Português de Sociologia "Passados Recentes, Futuros Próximos"*, Abril.

Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. (2002). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Santos, B. de S. (org.). (2002). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Schumacher, E. F. (1983). *O negócio é ser pequeno* (Small is beautiful): Um Estudo de Economia que leva em conta as pessoas. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Slater, D. (2002). *Cultura do Consumo & Modernidade*. São Paulo: Nobel.

Stake, R. Case Studies. (1994). In: DENZIN, N.; & LINCOLN, Y. *Handbook of Qualitative Research*. Sage: London, 236-247.

Tavares, S. de C. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

Torring, J. (1999). *New Theories of Discourse*: Laclau, Mouffe and Zizek. Oxford: Blackwell Publishers.

Touraine, A. (1969). *A sociedade pós-industrial*. Lisboa: Moraes.

_____. (1999). *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis, Vozes.

UNCED. (1992). Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro. *Agenda 21*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas.

Vale, G.M.V. (2004). Conectividade, Competitividade e Gestão do Desenvolvimento Sustentável. In: *Anais... XXVIII Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração*. Curitiba-PR.